

Jurista paranaense - você não existe?

Margareth Zanardini

Há alguns dias soube que uma determinada autoridade teve dificuldade em encontrar uma advogada para fazer um discurso, apesar de sermos em grande número inscritos na seccional paranaense.

Temos grandes talentos. Ótimas profissionais. Mas na hora dos convites, não nos encontram ou dizem que, as poucas - poucas lembradas, não aceitam, por timidez.

De quem é a culpa? Teriam todos na memória ou má vontade? E são tantas assim, as tímidas?

A culpa é de cada uma e de todas nós. Enquanto os lavelados elegem uma deputada, os metalúrgicos quase conseguem levar à Presidência da República um dos seus, os policiais civis (os chamados "trás") tem uma associação com sede própria, a Seção Paranaense da Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica. É a única no Brasil a ter menos de dez por cento das advogadas, magistradas, membros do Ministério Público, defensoras públicas, delegadas de polícia e outras bacharéis inscritas em seus quadros. Por isso ainda detectável o sarcasmo com que alguns se referem à entidade, entre sorrisos, nem sempre velados.

Não é sem razão que o Paraná é um dos dois únicos estados a não ter uma deputada federal (o outro é o Acre). Nenhuma senadora. Apenas uma deputada estadual e duas vereadoras. O único balcão de execução que deve ser um exemplo a seguir é Emília Belinati.

Na área jurídica, nenhuma desembargadora, no Tribunal de Alçada somente três juízas. Duas procuradoras de Justiça. Na OAB, a representatividade da mulher é pouquíssima, proporcionalmente. No Conselho da Polícia Civil nunca houve uma delegada. Isso se repete em todos os setores.

Se nós, conhecedoras dos direitos, sequer nos unimos para ensinar as demais menos privilegiadas em cultura e oportunidade, o Paraná será sempre este marasmo.

Estes temas serão objeto de um alerta quando da realização da comemoração dos 10 anos da ABMCJ no Brasil.

Filhada à Fédération Internationale des Femmes de Carrières Juridiques, que existe desde 1928 e está presente em 72 países, filhada à ONU, Unesco e OIT, o Paraná pouco terá a comemorar, porque as mulheres de carreira jurídica daqui parecem não se interessar nos objetivos da Associação e da Federação que é promover cultura, propugnar pela eliminação de todas as formas de discriminação, buscando promover a igualdade de direitos inerentes à pessoa humana, e, dentre outros, conscientizar as mulheres de seus direitos e deveres como cidadãs.

O teor do que afirmamos é desalentador mas esperamos ser veementemente contestadas.

Ao assumirmos, afirmamos que teríamos dois grandes lemas: o primeiro o de fazer conhecer e divulgar todos os talentos jurídicos paranaenses. O segundo, o de um resgate de ética entre colegas.

Para a efetivação do primeiro estamos entrando em contato com as universidades para conhecermos os melhores juristas, as teses e monografias, e queremos levar a Presidência, daqui a três anos, com um cadastro dos currículos dos expoentes jurídicos no estado (independente de sexo, evidentemente). Observamos que muitos expoentes do Paraná, famosos em outros estados e até internacionalmente não são valorizados aqui. Desconhecidos até. Nos simpósios que realizaremos daremos ênfase aos nossos para que deixemos o autismo de Lado e principalmente modifiquemos o costume de interessar-nos muito mais por palestras dos que vem de fora do estado.

Precisamos conhecer as juristas para divulgá-las para que não mais sejam apenas figuras decorativas e numéricas na lista das inscritas na OAB e outras facções jurídicas do estado.

Queremos (e conseguiremos) que as autoridades tenham dificuldade em convidar uma jurista, mas uma dificuldade na escolha diante do grande número e não porque sequer se lembrem que existe uma advogada, magistrada, promotora, delegada de polícia ou qualquer outra que possa atender a tal missão.

Através da Gazeta do Povo, no final de abril, lançaremos o manifesto constante dos atos das comemorações dos 10 anos da ABMCJ no Brasil a realizar-se no Hotel Tropical em Miami.

ACORDA MULHER PARANAENSE
Com apoio do Conselho Estadual da Condição Feminina

Mis, enquanto isso, temos que solucionar os impasses.

Se é verdade que temos muitas imidades, busquemos os pontos, e tratemos o problema.

Para isso, a ABMCJ-PR está apostando a realização do 1º Encontro de Procuradoras do Paraná, que tratará nestes dias 5, 6, 7 e 8 de abril, da Mulher e seu Universo de Relações, dos conflitos e dificuldades dos profissionais liberais e executivas em seus papéis sociais de mães e trabalhadoras, bem como a forma de lidar com a violência e o tráfico. Lá encontrarão a cultura dos direitos da mulher, no Centro de Convenções e as associadas poram de de suas atividades.

Oportunamente, teremos, também, um curso de oratória e outro de etiqueta profissional.

Enquanto isso esperamos que as juristas paranaenses reflitam sobre a situação desafiadora (paradoxal até) em que nos encontramos, mas não porque cabe nos uma grande responsabilidade social pois somos privilegiadas pelo acesso a maior conhecimento, mas pelo fato de que cabe nos conscientizar a todos os cidadãos de seus direitos e prerrogativas.

É decepcionante que pessoas de cultura jurídica afirmem que não tem interesse em associar-se. "porque isso não lhes trará nenhum benefício pessoal imediato" e de que "isso não leva a nada".

Sem uma entidade que nos reúna e que nos faça lembrar, continuaremos nesta triste realidade de que, para algumas autoridades, somos inexistentes.